



## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Edmilson Rodrigues)

Requer ao Ministro de Estado do Meio Ambiente informações acerca da continuidade do Programa Bolsa Verde instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, a qual designa o Ministério do Meio Ambiente como responsável pela implementação.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 §2º da Constituição Federal, e no art. 115, inciso 1º, e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro do Meio Ambiente, o pedido de informação sobre a continuidade do Programa Bolsa Verde para este e o próximo ano.

Objetivamente, solicitamos as seguintes informações (que devem ser prestadas de maneira clara e objetiva, **sob pena de cometimento de crime de responsabilidade**, nos termos do art. 50 da CF):

- 1). Quais são as garantias orçamentárias e institucionais para o cumprimento do Programa até o fim deste ano e no próximo?
- 2). Qual a programação orçamentária de 2017?
- 3). Desde a implementação do Programa, quais foram os resultados alcançados de acordo com as metas estabelecidas?
- 4). Quais as metas de ampliação no número de famílias atendidas pelo Programa nos próximos anos?

## JUSTIFICAÇÃO

Diversas entidades da sociedade civil têm denunciado que o Programa Bolsa Verde, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, será interrompido. Com base nos cortes orçamentários do governo federal, mais especificamente 51% para esta

pasta, fontes diversas apontam que o MMA enfrenta dificuldade para pagar o Bolsa Verde até o fim deste ano e rumores de um possível cancelamento no ano que vem.

As organizações da sociedade civil estão se mobilizando ativamente frente ao risco de cancelamento do Programa. Semana passada, foi publicada uma carta aberta à presidência assinada por diversas entidades e um manifesto assinado por organizações extrativistas.

A carta aberta, endossada por mais de 600 entidades - entre elas de agricultores, de indígenas e de diferentes comunidades tradicionais bem como organizações da sociedade civil - destaca que: “Os benefícios do Bolsa Verde e do Bolsa Família representam mais do que 50% da renda total das famílias agroextrativistas. A partir do recebimento do benefício do Programa Bolsa Verde, o número de famílias vivendo na extrema pobreza diminuiu em cerca de 15% nestas áreas. Isso tem resultado em maior segurança alimentar para jovens e crianças, que passam a consumir, adicionalmente, outros alimentos não produzidos nas roças ou oriundos do extrativismo.” Acrescentam, em outro ponto desta carta, que o Bolsa verde é o maior programa de transferência de renda com condicionantes socioambientais da América Latina e serve de referência para outros países que precisam superar semelhantes desafios sociais, ambientais e econômicos.

No manifesto, as organizações extrativistas ressaltam que as famílias beneficiadas “tem no bolsa verde uma garantia complementar para seu sustento social e soberania alimentar que baseia-se no empoderamento das mulheres na gestão do recurso familiar corrigindo históricos processos de discriminação social e machismo nas comunidades tradicionais atendidas” e ao repudiar o possível cancelamento do Programa, apontam a necessidade de ampliação do Programa frente à “necessidade de se abranger todas as famílias nas UCS, tornando-o um programa robusto que faça justiça com os serviços ambientais prestados por nossa famílias na conservação dos recursos naturais para toda sociedade.”

O programa Bolsa Verde não pode acabar, tem que ser sim, ampliado. Com o aumento do desmatamento nos Biomas Brasileiros e a significativa flexibilização das normas ambientais que o Congresso Nacional vem aprovando, não podemos nos calar neste momento.

Para tanto, estamos encaminhando este requerimento de informação ao Ministério do Meio Ambiente.

Nestes termos, requer o encaminhamento.

Brasília, 05 de julho de 2017.

**EDMILSON RODRIGUES**  
Deputado PSOL/PA